

Genéricos: crescimento revela confiança

Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia.
E-mail: presidencia@cff.org.br



Dr. Jaldo de Souza Santos,
Presidente do CFF

Os medicamentos genéricos estão cumprindo rigorosamente os objetivos sociais e sanitários que motivaram a sua implantação, no Brasil, em 1999, por meio da Lei 9.787. Prova inquestionável disso são os números que a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos) acaba de divulgar. Segundo a instituição, o mercado apresentou uma alta de 34,1%, no primeiro semestre de 2010, e deverá crescer 35%, neste ano. Ora, se está crescendo, é porque o segmento goza da confiança da população. Comprar mais genéricos significa ter mais acesso aos medicamentos. Aí, está uma função social e um benefício sanitário da robusta política que instituiu esses medicamentos, no País.

Não foi fácil – e todos se lembram daqueles meses que antecederam e se seguiram à promulgação da Lei 9.787 – chegar-se à consolidação da política de genéricos. O interesse econômico buscou desacreditá-la, pregando que essa classe de medicamentos não era confiável, tentando jogar a população contra o Governo, autor da proposta da política, para que este refluísse do seu intento e retirasse do Congresso o seu projeto de lei. Em vão.

O Governo (o Ministro da Saúde, à época, era José Serra) estava irredutível, pois precisava atacar, com urgência (e de forma organizada), um dos problemas que mais afligiam o setor de saúde: a dificuldade de acesso da população aos medicamentos. Os genéricos, por serem, em média, 52% mais baratos, trazem parte da solução para a questão que tanto angustiava a sociedade brasileira.

Passada a turbulência, os genéricos começaram a gozar da confiança da população e entraram em curva

ascendente para nunca sofrer um revés. Mesmo os médicos, que custaram a prescrevê-los (no Sistema Único de Saúde – SUS, a sua prescrição é obrigatória), entenderam que os testes de bioequivalência e biodisponibilidade atestam a qualidade desses produtos e sua consequente confiabilidade. São tão confiáveis os genéricos brasileiros que países das Américas do Sul e Central os importam em larga escala. Entre as indústrias mais bem-sucedidas, estão algumas sediadas, em Anápolis (GO).

O mercado de genéricos, no Brasil, apresentou um desempenho muito acima de qualquer expectativa levantada por seus fabricantes. A projeção que estes faziam era de um crescimento em torno de 20% e 25% para este ano. Foram comercializados 200,4 milhões de unidades, no período de janeiro a junho, contra 149,4 milhões, no primeiro semestre de 2009. As vendas, que movimentaram R\$ 2,8 bilhões, tiveram um incremento da ordem de 38,1%, comparadas ao semestre anterior.

Mas ainda há pequenos nós a serem desatados. Segundo Odnir Finotti, Presidente da PróGenéricos, embora o mercado exprima um comportamento homogêneo, nas regiões Sudeste e Sul, existe uma penetração maior desses medicamentos. E quanto mais distante dos centros Sul e Sudeste, menor é a participação dos genéricos. Cabe ao Governo desencadear novas campanhas de esclarecimento sobre os genéricos, nas outras regiões.

A falta de informação da população é responsabilizada como um empecilho para uma performance ainda maior do segmento fora do eixo Sul-Sudeste. Ainda assim, atualmente, 90% das doenças podem ser tratadas com

esses medicamentos. Os hormônios, cujas patentes são mantidas, são uma exceção. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) já tem registrados genéricos de 337 princípios ativos. Dá um total de 15.400 apresentações e 100 diferentes classes terapêuticas.

Eu fico muito à vontade – e até comovido – para falar do assunto, porque, quando se iniciaram as discussões a respeito de uma certa política de genéricos e o Governo manifestou o seu desejo de implantá-la, através de uma lei, eu visitei líderes partidários, na Câmara e no Senado, com o objetivo de persuadi-los a votar e aprovar o projeto do Executivo que, depois, virou a Lei 9.787. Organizei reuniões com parlamentares e coloquei às suas disposições técnicos do Conselho Federal de Farmácia. Os genéricos eram pouco conhecidos, de sorte que termos, como testes de bioequivalência e biodisponibilidade, bem como o ato de intercambialidade etc. soavam estranhos para alguns políticos. Era preciso levar-lhes informações técnico-científicas acerca do assunto.

Mais: viajei pelo País, visitando entidades da sociedade organizada, instituições de saúde e universidades, pregando o alcance social e os benefícios sanitários dos genéricos. Vê-los, hoje, traduzidos em números tão expressivos, dá-me a certeza de que valeu a pena toda aquela luta. Mas não podemos arrefecer a vigília sobre esta política.